

Recortes de Imprensa

31 de Julho de 2008

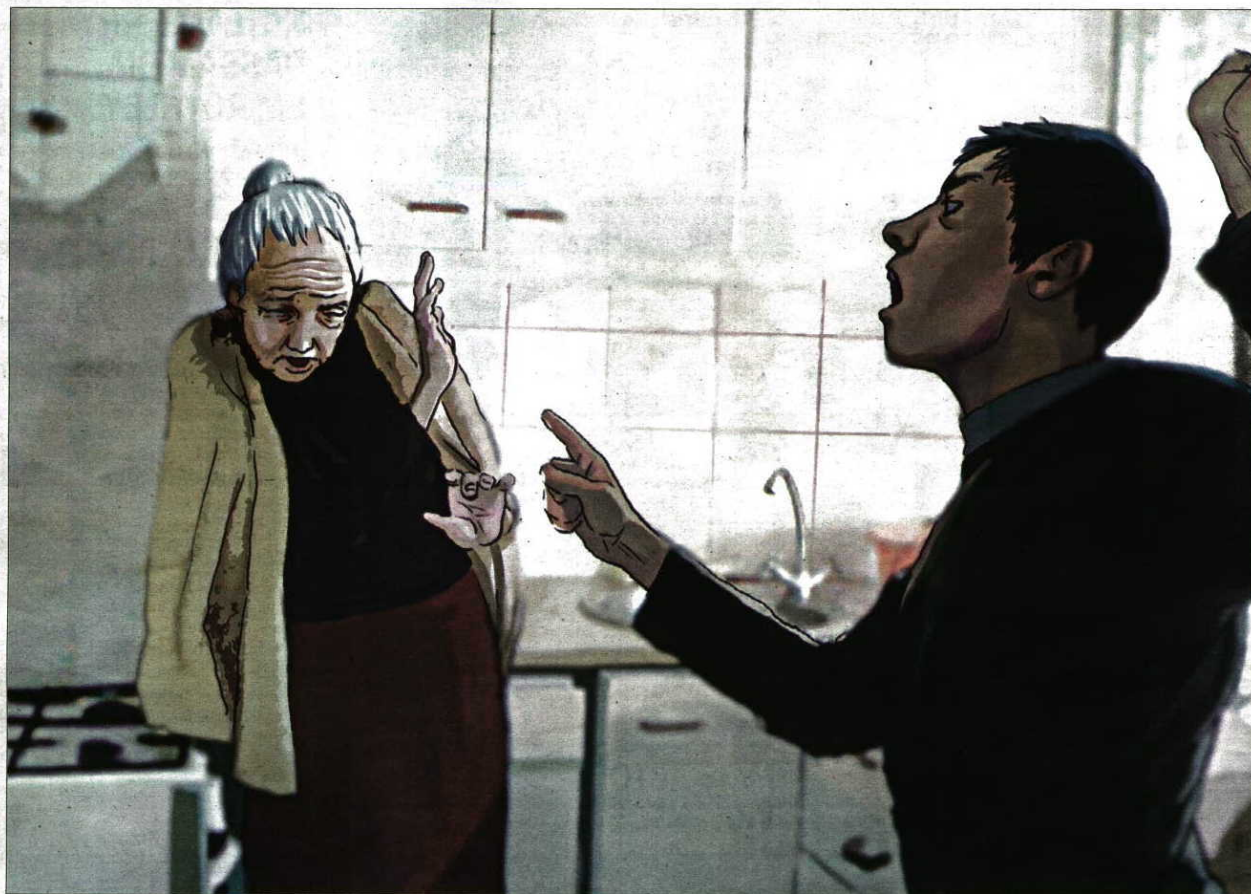


ACTUALIDADE II

AGRESSI

138 526
CRIMES

Em 2007, a APAV registou 390 casos de violência de filhos aos pais: um aumento de 12 por cento face a 2006. A agressão vai "desde grandes tareias a empurrões ou pontapés", segundo uma fonte da Associação. Os especialistas afirmam que a situação começa a ser preocupante



390 queixas de agressão dos filhos sobre os pais

ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

O número de queixas de agressões de filhos a pais não para de aumentar em Portugal: se em 2006 a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu 349 denúncias de pais contra os filhos, no ano passado este tipo de violência doméstica disparou para 390 casos, uma subida de 12 por cento face a 2006. Os actos agressivos de jovens com idades entre 18 e 25 anos já representam 20 por cento do total das denúncias registadas pela APAV.

Os dados da APAV deixam claro que a maior taxa de crescimento das agressões aos pais ocorreu entre

os filhos com idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos, mas os adolescentes e os jovens adultos agredem também cada vez mais os progenitores. Em 2007 as agressões

aos pais aumentaram 40 por cento nos filhos com idades entre 36 e 45; 32 por cento no universo dos filhos com idades entre os 18 e 25 e 23 por cento entre os filhos com idade até aos 17 anos. Por norma a APAV tem dificuldade em identi-

ficar o tipo de agressões praticadas, mas Elsa Beja, especialista desta Associação, diz que regra geral são "maus tratos físicos e psicológicos". Em con-

Daniel Sampaio alerta para falta de disciplina

"CRIANÇAS NÃO TÊM LIMITES"

Daniel Sampaio diz que "as situações de agressividade dos filhos em relação aos pais, na parte final da adolescência, têm algum significado". Para este especialista, "as crianças crescem sem limites", dado que "os pais, neste momento, têm dificuldade em manejar a disciplina". E alerta para o facto de ser "preciso impor limites e ajudar as crianças a escolher alternativas".

creto, "a violência física vai de tareias a coisas menores como o empurrão ou o pontapé e os maus tratos psíquicos passam por chamar nomes e destruir a auto-estima dos pais", precisa. Elsa Beja garante que "as agressões de filhos a pais é um fenómeno transversal: não escolhe sexo, idade, estrato social". E garante que esta realidade "atinge também as classes mais altas".

Com as estatísticas a indicarem um crescimento da taxa de agressividades dos adolescentes face aos pais, os especialistas explicam este comportamento com o "aumento do individualismo", na síntese de Ana Vasconcelos. Para esta especialista em pedopsiquiatria, "os casais deixam de ter muitas vezes a preocupação em transmitir valores aos filhos".



PEDRO CATARINO



VIDADE de jovens na família

Entre 1990 e 2007 a APAV registou um total de 138 526 crimes através de 73 289 processos de apoio. A APAV terá apoiado um universo de 150 mil pessoas

CONTACTO POR TELEFONE

Um número muito elevado de queixas é apresentado à APAV por telefone: 50,1%. Em regra é o próprio lesado que estabelece o contacto (67,8%)

MULHERES SÃO AS VÍTIMAS

As mulheres continuam a ser as principais vítimas de agressões: 87%. Os números de homens vítimas de crime tem vindo a aumentar: 12% em 2007

PORMENORES

PAIS BATEM MAIS

As queixas de agressões de pai e mãe aos filhos atingiram em 2007, segundo os dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), 528 casos, um ligeiro aumento face às 521 denúncias registadas em 2006. Aquela Associação contabilizou 446 queixas em 2005.

CONJUGES AGRIDEM

O cônjuge ou o companheiro/a também têm revelado, nos últimos anos, mais agressividade. De acordo com as estatísticas da APAV, em 2007 registaram-se 3906 queixas, contra 3826 (2006) e 3651 (2005).

VIZINHOS E PATRÕES

A APAV recebeu também queixas de agressões praticadas por vizinhos e entidades patronais. No primeiro caso foram registadas 17 denúncias em 2007, contra cinco em 2006. No segundo foram contabilizadas quatro denúncias em 2007 contra três em 2006.

PADRASTO E AMIGOS

As queixas de agressões contra padrasto/madrasta e amigos abrandaram. Em 2007 a APAV registou 66 denúncias contra os primeiros (79 em 2006 e 61 em 2005). Em relação a amigos, as queixas variam entre cinco, em 2005, e quatro em 2007.

NETOS

A tendência de aumento das denúncias de agressões subiu também em relação aos netos: em 2007 foram 36, mais 12 do que no ano anterior.

APOIO EM 15 GABINETES

A APAV tem gabinetes de apoio à vítima em 15 cidades de norte a sul do País. É o caso de Porto, Coimbra, Lisboa e Albufeira.

FAZER DENÚNCIAS

Os pais vítimas de agressão por parte dos filhos podem apresentar queixa à APAV por telefone, e-mail ou pessoalmente.

AJUDA SOCIAL

A APAV dá apoio psicológico, jurídico e social aos pais vítimas de agressões dos filhos. Diz quais as instituições prestam apoio.

Discurso directo

Joana Marques Vidal, presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

“É preciso assumir problema da violência”

Correio da Manhã – Que razões explicam o aumento das agressões de filhos menores aos pais?

Joana Marques Vidal – Verifica-se de facto um aumento de casos sinalizados, quer nos gabinetes da APAV quer nas estatísticas oficiais das entidades policiais e dos tribunais. Não se sabe no entanto se esse aumento corresponde à existência de um maior número de casos ou se é reflexo de uma maior consciência sobre esta realidade.

– O fenómeno pode ser mais grave ainda?

– Pensamos que sim. Não é fácil um pai ou uma mãe reconhecer que o seu filho é capaz de ter comportamentos daqueles. E ainda é mais difícil assumir a possibilidade de se queixarem à polícia e aos tribunais.

– Os pais demitem-se da sua responsabilidade?

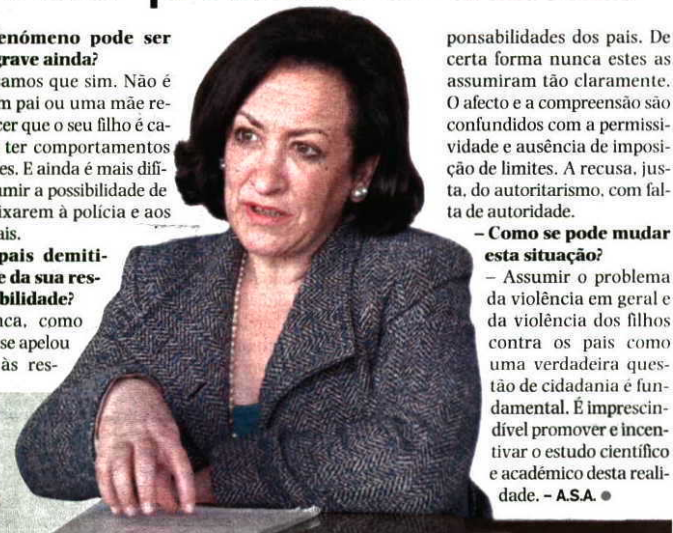
– Nunca, como agora, se apelou tanto às res-

pensabilidades dos pais. De certa forma nunca estes as assumiram tão claramente. O afecto e a compreensão são confundidos com a permissividade e ausência de imposição de limites. A recusa, justa, do autoritarismo, com falta de autoridade.

– Como se pode mudar esta situação?

– Assumir o problema da violência em geral e da violência dos filhos contra os pais como uma verdadeira questão de cidadania é fundamental. É imprescindível promover e incentivar o estudo científico e académico desta realidade. – A.S.A. ●

Joana Marques Vidal é presidente da APAV e, como procuradora-geral adjunta, é auditora jurídica junto do ministro da República para os Açores e representante do Ministério Público no Tribunal de Contas naquela região.



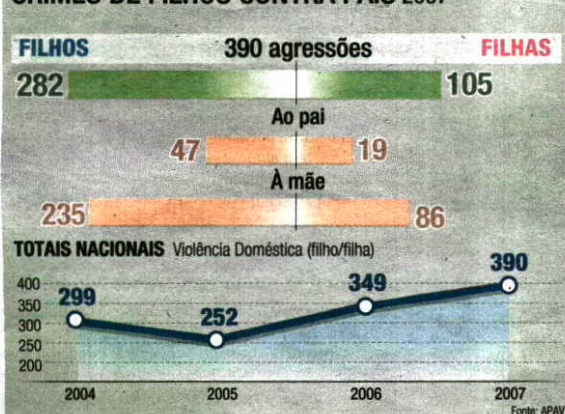
BRUNO COLAÇO

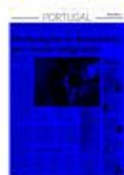
ESCOLAS COM MAIS ACTOS VIOLENTOS

► O aumento da violência dos mais jovens não é apenas visível em relação aos pais. Em 2007 a APAV registou uma subida nas queixas de agressões na escola, com o número de casos a atingir os 39 – um acréscimo de nove casos face aos registados em 2006.

Desse total de 39 agressões na escola destacam-se 12 entre colegas, quatro a conhecidos, dois a ex-namoras. Segundo Elsa Beja, da APAV, este aumento do número de casos de agressões nas escolas explica-se em parte pela maior noção por parte das pessoas de que este tipo de situações é considerada crime". ●

CRIMES DE FILHOS CONTRA PAIS 2007





Violência doméstica. O bastonário da Ordem dos Advogados, António Marinho Pinto, defendeu na terça-feira que a violência doméstica não deveria ser crime público. Várias organizações que apoiam as vítimas deste tipo de crime estão indignadas e repudiam as declarações do bastonário

Declarações do bastonário provocam indignação

UMAR lembra que já morreram 17 mulheres em 2008

ANA BELA FERREIRA

"A violência doméstica é um atentado aos direitos humanos e deve ser alvo de condenação social". Esta é a resposta de Manuela Tavares, presidente da UMAP (União de Mulheres Alternativa e Resposta), às afirmações do Bastonário da Ordem dos Advogados, António Marinho Pinto, que na terça-feira defendeu que a violência doméstica não deveria ser crime público. A mesma organização, em comunicado, considera que as declarações do bastonário "primam pelo absurdo e constituem um retrocesso na luta pelos direitos humanos e na evolução das mentalidades".

A presidente da UMAP faz questão de recordar ao DN que "a passagem a crime público foi uma grande conquista". Para Manuela Tavares a posição de António Marinho Pinto é "incompreensível e inadmissível".

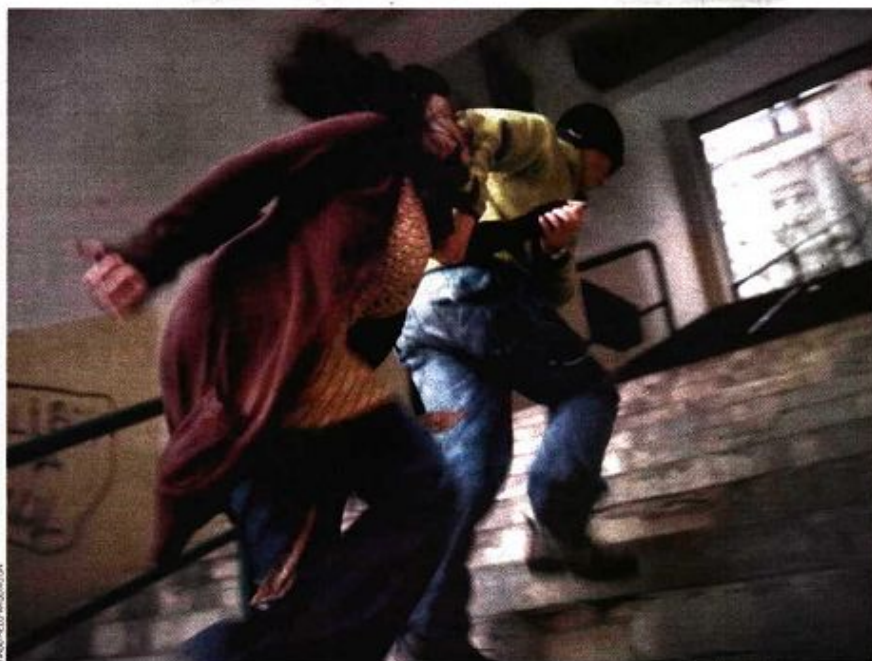
Já a presidente da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), Joana Marques Vidal, diz-se "perplexa", considerando que "o bastonário levantou uma questão sem haver motivos para o fazer". A violência doméstica "viola a dignidade da pessoa humana e é a não violação desse direito que o enquadramento de crime público defende", argumenta a responsável.

"A violência doméstica está descrita na lei como criminalidade violenta e atenta contra o Estado de direito português", alerta a presidente da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas (APMJ), Teresa Féria. Esta associação mostrou, em comunicado, o seu "repúdio" em relação às declarações de Marinho Pinto.

O bastonário fez estas afirmações na Assembleia da República, que foram condenadas na generalidade por todos os grupos parlamentares. Ricardo Rodrigues, deputado do PS (partido que estava no Governo à data da passagem da violência doméstica a crime público, ver caixa) mostrou-se "muito admirado" com a opinião de Marinho Pinto.

O deputado frisa ainda que a violência doméstica enquanto crime público "fez passar para a luz do dia crimes que antes não se viam". E as declarações de Marinho Pinto significam "um retrocesso quase civilizacional", afirma.

O responsável político garante que "o crime de violência doméstica vai continuar a ser crime público e as



A violência doméstica passou a ser considerada crime público em 2000

17 mulheres

morreram vítimas de violência doméstica, em 2008, de acordo com dados da UMAP

22 mil queixas

Total de queixas de violência doméstica registadas pelas forças policiais, em 2007

palavras de Marinho Pinto não vão ter consequências". "Penso que enquanto bastonário, Marinho Pinto, não fala em nome de todos advogados", diz Ricardo Rodrigues.

No entanto, a dirigente da APAV acredita que "no fundo se corre o risco de uma realidade intolerável se torne ainda mais invisível". Mas, ao mesmo tempo, diz não estar preocupada com um retrocesso porque os repre-

sentantes democraticamente eleitos rejeitaram as ideias de Marinho Pinto.

Por sua vez, Teresa Féria defende que "a violência doméstica é um crime público e que cabe ao Estado a sua prevenção e repressão". A jurista realça ainda o facto de que neste tipo de crimes "as vítimas são pessoas particularmente vulneráveis, porque a violência é praticada por alguém muito próximo e a quem estão

afectivamente ligadas". Logo, é muito mais difícil para elas, muitas vezes, "levar adiante a acusação", explica Teresa Féria. Depois, "o agressor precisa de manter a vítima mais do que outra coisa", facto que, a mudar-se a lei, iria "aumentar as pressões às vítimas", conclui a jurista.

Outro facto referido por António Marinho Pinto foi a violência contra as crianças e os idosos, considerando-a mais grave que a violência doméstica. O que para a presidente da UMAP é "uma falsa questão". "A violência contra crianças e idosos não existe fora da violência doméstica", critica a presidente da APMJ. Além de que "nenhuma criança conseguirá esquecer que a mãe foi maltratada", situação que é por si só violência contra as crianças, explica Teresa Féria.

Mais dura nas críticas é Joana Marques Vidal. "Não há nestas questões da violência o mais e o menos, são questões que nos preocupam igualmente". A dirigente da APAV acrescenta ainda: "não me parece adequado estabelecer gradações a tipos de violência, nenhum tipo de violência pode ser tolerado". "Não podemos dizer que esta violência é mais importante que outra", sublinha. Em comunicado, a UMAP diz-se revoltada contra a hierarquização das violências feita por Marinho Pinto.

O DN tentou, sem êxito, contactar António Marinho Pinto.

VOZES CONTRA AS DECLARAÇÕES DE MARINHO PINTO

Desagrado geral face às declarações do bastonário da Ordem dos Advogados

Joana Marques Vidal
Presidente da APAV

"Não há nestas questões da violência o mais e o menos, são questões que nos preocupam igualmente. Não me parece adequado estabelecer gradações a tipos de violência. A violência não pode ser tolerada. Não podemos dizer que esta violência é mais importante."



Manuela Tavares
Presidente da UMAP

"A violência doméstica é um atentado aos direitos humanos e deve ser alvo de condenação social. Actualmente a suspensão do processo é possível, mas não concordamos com ela. A passagem da violência doméstica a crime público foi uma grande conquista para as vítimas."



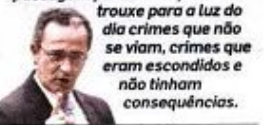
Teresa Féria
Presidente da APMJ

"A violência doméstica está descrita na lei e atenta contra o Estado de direito português. Como crime público cabe ao Estado a sua prevenção e repressão. Há técnicos que denominam a violência doméstica como 'terrorismo doméstico'."



Ricardo Rodrigues
Deputado do PS

"Fiquei admirado. Mas perante estas declarações não nos podemos admirar, temos que reagir e dizer que discordamos. A passagem para crime público trouxe para a luz do dia crimes que não se viam, crimes que eram escondidos e não tinham consequências."



António Marinho Pinto
Bastonário dos Advogados

"A violência doméstica não devia ser considerada crime público porque inviabiliza a desistência do processo ainda que a vítima assim o entenda. A vítima deve ter o poder de acusar ou não. Há um certo fundamentalismo na violência doméstica como crime público."





APAV repudia declarações de Marinho Pinto

● A presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) disse ontem ter ficado “perplexa” com as declarações do bastonário da Ordem dos Advogados, que terça-feira defendeu que a violência doméstica não devia ser crime público porque inviabiliza a desistência do processo, caso a vítima o deseje.

“Lamento que Marinho Pinto, enquanto bastonário da Ordem dos Advogados, manifeste esta opinião”, disse à Lusa Joana Marques Vidal. A responsável referiu ainda que o fenómeno da violência doméstica é “extremamente grave e que o número de casos tem aumentado”, acrescentando que a categorização destes actos como crime público está “sedimentada na sociedade”.

Também a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) manifestou num comunicado o seu repúdio pelas declarações proferidas pelo bastonário, referindo que estas “primam pelo absurdo e constituem um retrocesso na luta pelos direitos humanos e na evolução das mentalidades”.

Gabinete apoiou 120 pessoas em 2007

Carlos Rego

O Gabinete de Ponta Delgada da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima registou no ano passado 120 casos de apoio. Os números foram apresentados ontem, durante a apresentação das novas instalações do Gabinete da APAV em Ponta Delgada e que contou com a presença do vice-presidente da APAV, João Lázaro.

Criado em 2004, este gabinete, primeiramente a funcionar nas instalações da acção social da Câmara Municipal de Ponta Delgada, registou até 2007 um total de 404 processos de apoio, uma média de 100 casos por ano. No que se refere aos pedidos de apoio, os mesmos foram, na sua quase totalidade, mulheres alvo de violência doméstica, nomeadamente os maus-tratos físicos e psíquicos, seguindo-se as ameaças ou coacção, sendo que a maioria das situações dizem respeito a vítimas residentes na ilha de São Miguel, principalmente dos concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande.

Segundo João Lázaro, o projecto que a APAV tem vindo a desenvolver neste gabinete encontra-se numa fase de consolidação, consequência de quatro anos de actividade, e de um universo de cerca de mil atendimentos, e que se traduz agora na mudança para estas novas instalações “para podermos dar também mais e melhores atendimentos”. Para o vice-presidente da APAV, este novo espaço será também importante no desenvolvimento de acções de prevenção, não só nas escolas como também junto da comunidade.

Questionado sobre um alargamento deste gabinete a outras ilhas do arquipélago, João Lázaro revelou que já se encetaram alguns contactos neste sentido, mas recusou adiantar mais pormenores acerca da localização deste novo gabinete.

“Estamos a desenvolver os primeiros contactos para que possa ser possível ter, pelo menos, mais um gabinete na região, tendo em conta a diversidade geográfica e territorial da Região Autónoma e a



prestação de serviços nas ilhas”, referiu, concluindo, “é um projecto que pode ser possível dentro de um prazo relativamente breve”.

Por seu turno, a presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada realçou todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela APAV e que contou com o apoio da edilidade desde o seu início porque a autarquia verificou que tal valência era essencial em Ponta Delgada.

“Penso que a mensagem tem passado, de que há alguém que dá apoio e que está disponível e que lhes pode transmitir quais são os seus direitos efectivos, o que é fundamental para a própria vítima, para esta sentir-se defendida em relação ao agressor”, explicou.

No que se refere ao apoio prestado pela edilidade, Berta Cabral garantiu que a Câmara Municipal de Ponta Delgada, para além da cedência de espaço, irá continuar a fornecer apoio logístico, assim como um apoio financeiro, protocolado anualmente, na ordem dos 35 mil euros, e que permite a existência permanente de um técnico de acção social, sendo que o gabinete funciona ainda com um grupo de voluntários nas áreas jurídica e assistencial social.



APAV apoiou cerca de 150 mil pessoas desde 1990

Foto: Arquivo JPN

APAV ajudou mais de 150 mil pessoas em 18 anos de vida

Por Sofia Isabel Rodrigues -

ljcc05075@letras.up.pt

Publicado: 25.06.2008

Marcadores: [Violência](#)

Ajudar as vítimas de crimes e sensibilizar a sociedade portuguesa são os grandes objectivos da associação.

Criada em 25 de Junho de 1990, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

(APAV) comemora esta quarta-feira 18 anos de existência. A APAV apoiou, ao longo dos anos, mais de 150 mil pessoas. Segundo as estatísticas da APAV relativas a 2007 [\[PDF\]](#), desde que entrou em funcionamento, a associação registou um total de 73.289 processos de apoio, que resultaram em 138.526 crimes.

Um projecto que o vice-presidente da APAV, João Lázaro, considera “inovador e necessário na sociedade portuguesa”. Há quase duas décadas que a associação tem desempenhado um papel prioritário na “protecção e defesa dos direitos das vítimas de crime e no apoio personalizado a essas vítimas”, referiu ao JPN.

O trabalho da APAV passa também pela sensibilização da sociedade portuguesa para as vítimas de crime. A associação teve, [segundo João Lázaro](#), um papel importante ao tornar a “sociedade portuguesa mais compreensiva em relação à necessidades e aos direitos das vítimas”.

"A voz das vítimas"

Apesar das quase duas décadas de existência, o vice-presidente da APAV considera que ainda há muito a fazer. “Existem grandes desafios e ainda muito caminho a palmilhar, quer em termos da contínua qualificação dos serviços prestados e dos voluntários, quer para a criação de serviços de apoio à vítima junto das várias comunidades”, disse.

Actualmente, a associação apoia anualmente cerca de 20 mil pessoas (entre vítimas, familiares e amigos) anualmente, um número que tem vindo a aumentar ao longo dos anos. João Lázaro considera que a APAV tem desempenhado “um papel extremamente importante”, em comparação com outros países europeus. A APAV é a “voz das vítimas” na sociedade, [de acordo](#) com o jurista.

A [APAV](#) é constituída por 15 gabinetes de apoio à vítima (GAV), duas casas de abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência, uma linha de apoio telefónico (707 20 00 77), uma unidade de apoio à vítima imigrante e de discriminação racial ou étnica e 220 voluntários.

GAV Porto recebeu mais de 12 mil processos

O Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) do Porto, criado a 20 de Março de 1992, registou, até 2007, 12.914 processos de apoio. Desses, só 1491 se referem ao ano passado. “85% das vítimas são mulheres” na faixa etária entre os 26 e os 45 anos, referiu Elisabete Nascimento, assessora técnica do GAV Porto. Já os agressores são, na maior parte das vezes, homens (84%). “A violência doméstica é o crime mais denunciado”, acrescentou.

No Porto, bem como nas restantes regiões do país, a APAV trabalha em articulação com instituições e associações locais, entre as quais Segurança Social, escolas, centros locais e comissões de protecção. “É necessário abrir horizontes e articularmo-nos com outras entidades para as respostas serem mais rápidas”, explicou Elisabete Nascimento.

RELACIONADO

[APAV: Pedidos de apoio aumentaram em 2007](#)

[APAV: Crimes contra idosos aumentam em Portugal](#)

[Violência doméstica: "Para o agressor a mulher é um objecto de posse"](#)

[Estatísticas da APAV - 2007 \(PDF\)](#)

Anúncios [Google](#)

[Relógios Para Mulher](#)

Encontre Aqui Todos os Modelos. Excelentes Preços a Toda a Hora!
[www.Luxo24.com](#)

[Espanha desde Lisboa](#)

Vôos a preços reduzidos. Reserve já e escolha o seu lugar!
[www.vueling.com](#)

[Negociação Bolsa](#)

Invista em Acções Euronext Consulte-nos. Comissão Zero!
[www.GoBulling.com](#)

[Mulheres quente procuram](#)

Mulheres da sua zona sem tabus Grátis chat! Sem registos e anónimo
[www.chat-contato.com](#)

[Amigas Mulher](#)

Encontre Aqui o Par Ideal Faça Já o seu Registo Aqui
[www.ClubeSolteiros.com](#)

UM EM CADA QUATRO JOVENS, DOS 15 AOS 25 ANOS, É VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NO NAMORO

Existe tanta violência no namoro como no casamento

VÍTIMAS DE AGRESSÕES SÃO CADA VEZ MAIS JOVENS E RARAMENTE DENUNCIAM AGRESSORES

A existência de violência no namoro é igualmente elevada, tal como nas relações conjugais, é esta a conclusão a que chega um estudo da Universidade do Minho. A violência em relações amorosas nos jovens entre os 15 e 25 anos atinge um nível de preocupação muito elevado e idêntico ao verificado entre cônjuges. A violência é cada vez mais precoce e muitas vezes aceite como natural pelos envolvidos, incluindo o sexo forçado. O SEMANÁRIO falou com duas associações de apoio a vítimas de violência, para saber que medidas devem ser tomadas tendo em vista a estagnação deste género de violência.

JOÃO LUÍS GASPARI

A violência no namoro atinge "um em cada quatro jovens dos 15 aos 25 anos", conclui um estudo elaborado por Carla Machado, investigadora da Universidade do Minho. Foram 4730 os jovens alvo de inquérito no âmbito desta investigação, elaborada em instituições de ensino secundário, profissional e universitário, e também tendo como alvo os jovens que abandonaram a escolaridade. O estudo "Violência Física e Psicológica em Namoro Heterossexual", é o mais avançado de sete, figurantes de uma ampla investigação sobre "Violência nas relações de intimidade". Dos inquiridos em todo o país, 25% foram vítimas pelo menos uma vez, de um comportamento abusivo da parte do namorado ou namorada. Dessas vítimas, 20% sofreram violência emocional, enquanto 14% foram vítimas de violência física. Dos 4730 inquiridos, 30% admitiu ter agredido o parceiro, sendo

23% através de violência física. Nesta amostra, salienta-se ainda que 58% são raparigas e 42% rapazes. Os rapazes são os que agredem com maior gravidade (sovas, murros e pontapés). Já na pequena violência, não há diferença de género e vale tudo, desde insultos, bofetadas, empurrões, puxões de cabelos e até ameaças.

Vítimas desculpabilizam agressores

Este estudo identificou níveis de violência física e psicológica no namoro muito próximos aos encontrados num outro estudo, de 2003, com adultos em contexto conjugal. Mas o que se afigura como mais alarmante é o facto de haver uma prevalência dos maus tratos físicos severos nos mais jovens - ainda no secundário. As novas gerações começam a agredir-se cada vez mais cedo e chegam a tolerar a violência sexual, pois consideram que as relações sexuais forçadas não são o mesmo que a violação, e que até nem são crime. O crime é ti-



do como prova de amor e muitos dos jovens inquiridos não vêem mal algum nos apalpos e toques contra a vontade da vítima, e a pressão para ter relações sexuais está longe de ser encarada como violação pelos jovens. Muitas das vezes, quer vítimas quer agressores não percebem que a violência não é aceitável, chegando mesmo a tolerar este tipo de actos e até a desculpabilizá-los. A equipa de investigadores da Universidade do Minho deparou-se diver-

sas vezes com respostas que demonstram bem este tipo de atitudes - "Só fez aquilo porque estava descontrolado, perdeu a cabeça", ou "o descontrolo é porque tem medo de a perder. Não é violência" são exemplos de citações com que os psicólogos se depararam durante a pesquisa.

Associações de apoio à vítima aconselham a prevenção
O SEMANÁRIO tentou encontrar, junto da Associação de Mulheres Contra a

Violência (AMCV), uma explicação para o aumento da violência junto dos mais jovens. Margarida Medina Martins, vogal da direcção da AMCV, acredita que "violência não se torna cada vez mais precoce, o que estudo mostra é que é tão grave como no casamento.

De facto, este estudo veio confirmar que o problema em Portugal tem uma dimensão semelhante à de outros países". A especialista refere ainda que a violência entre casais é "proble-

ma estrutural da sociedade portuguesa" e que se tem de "reflectir sobre porque é que os jovens são violentos ou porque é que existem tantas vítimas, o que obriga a ouvi-los, a reconhecer o impacto da violência doméstica nas crianças e jovens, e reconhecer o abuso sexual de crianças como um problema grave na sociedade portuguesa". Margarida Medina Martins afirma que devem ser tomadas diversas medidas de prevenção e sensibilização para com as crianças e jovens, pois "além dos programas de prevenção que deverão ser trabalhados nas escolas que vão da educação sexual, ao bullying, ao abuso sexual de crianças é preciso e urgente disponibilizar apoio para crianças e adolescentes que vivem com níveis de sofrimento muito alto, vivem a sangrar emocionalmente, alguns até à morte".

A dirigente da AMCV, quando questionada acerca do consentimento de violência sexual por parte dos jovens, acredita que este facto se assemelha "ao que se observa na violência doméstica em que só recentemente as mulheres começaram a tomar consciência dos seus direitos e a reconhecer a violação em contexto de casamento" e que tanto o casamento como o namoro "podem nunca implicar ou subentender uma perda de direitos para as mulheres".

Presidente da APAV: "Adolescentes desconhecem os seus limites e os limites do outro nos relacionamentos"



O SEMANÁRIO chegou também à fala com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), na pessoa da sua presidente, Joana Marques Vidal. A dirigente entende que "os dados apresentados neste estudo reforçam os valores que têm vindo a ser identificados por estudos nacionais e internacionais e alertam-nos para o facto de que a violência nas relações de namo-

ro, também em Portugal, não é uma realidade rara. A presidente da APAV acrescenta que "na base desta agressividade consideramos estarem factores muito semelhantes àqueles que encontramos nas relações adultas: a tolerância social e cultural à utilização da violência nas relações com os outros, ou seja, o facto de os adolescentes tolerarem a utilização de comporta-

mentos de violência ou agressividade, seja física, psicológica ou mesmo sexual, nos seus relacionamentos próximos e recorrerem de forma sistemática à violência para resolução de conflitos". Ao se pronunciarem sobre o tema "violência sexual", muitos dos jovens inquiridos, pensam que este tipo de violência não existe no namoro. A APAV explica que "por vezes os adolescentes desconhecem os seus limites e os limites do outro nos relacionamentos e não reconhecem a pressão para terem relações sexuais como uma forma de violência, mas como uma prova de amor", e no que respeita à violência sexual, os jovens "têm maior relutância em assumir que foram vítimas ou que agrediram sexualmente o seu parceiro. Muitas vítimas adultas também não identificam a violência sexual como um crime se teve lugar no contexto de um relacionamento próximo". A prevenção assume um papel-chave, pois deve-se "possibilitar a aprendizagem e o respeito dos limites próprios e do outro e o acesso a informação acerca dos comportamentos que podem

ser violência sexual".

Joana Marques Vidal pensa que as vítimas de violência no namoro podem recorrer a certos apoios, dado que "quando se é vítima de violência pode ser importante falar com alguém em quem se confie, procurar o apoio de um adulto ou, em algumas situações, procurar aconselhamento ou apoio especializado. É importante que a pessoa perceba que não tem culpa e que existem pessoas (familiares, amigos ou profissionais) disponíveis para ajudar. A APAV dispõe de técnicos capazes de apoiar este tipo de situações. Se conhecemos alguém que é violento no seu relacionamento, também não devemos ignorar a situação. Podemos informá-lo(a) acerca da gravidade dos seus comportamentos face ao (à) namorado(a) e encorajá-lo(a) a procurar ajuda para lidar com o comportamento violento. Nada justifica a utilização de violência e por isso não podemos ignorar as situações de que tivermos conhecimento" concluiu a dirigente da APAV.]

14-07-2008

Tiragem: 69515

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 17

Cores: Cor

Área: 6,85 x 9,56 cm²

Corte: 1 de 1



Relação entre vítima e agressor em debate

APAV. Protecção dos direitos das vítimas de crime analisada em seminário internacional na Gulbenkian

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), presidida por João Lázaro (*na foto*), organiza o seminário Victims & Mediation que decorre entre hoje e amanhã, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. O encontro, que recebe vários nomes nacionais e internacionais, pretende contribuir para a protecção dos direitos das vítimas de crimes na mediação vítima-infractor. A preparação da vítima é um dos pontos focados. ■



VÍTIMAS

Mediação penal só existe em quatro cidades

■ É preciso investir mais na mediação entre vítimas e infratores. Esta foi uma ideia comum entre os participantes no seminário 'Vítimas e Mediação', organizado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, que se realizou na Fundação Gulbenkian, em Lisboa. De acordo com o secretário de Estado da Justiça, Tiago Silveira, "a mediação é uma das áreas que mais pode fazer para restaurar a confiança na Justiça". O sistema de mediação penal, contudo, é ainda experimental e só chegou a quatro cidades do País: Aveiro, Seixal, Porto e Oliveira do Bairro. Para Joana Marques Vidal, presidente da APAV, este tipo de mediação permite às vítimas ultrapassar melhor a violência física ou psicológica de que são alvo. ■T.E.



Reino Unido Governo quer corrigir desequilíbrio histórico

Lei diminui pena para britânicas maltratadas que matem o marido

Ministra da Mulher propõe que as leis sejam benevolentes com mulheres que decidam eliminar o seu “torturador”

Fernando Sousa

● O Governo britânico anunciou ontem um projecto de lei para acabar com o assassinio na violência doméstica. O objectivo é derrogar normas assentes em anacronismos com quatro séculos. O problema, dizem os críticos, é que prevê que mulheres vítimas de maus tratos que matem o marido sejam tratadas com uma compreensão insuportável.

A ideia dos promotores do projecto é acabar com o ambiente de exculpação até agora favorável aos homens. A expressão maldita chama-se “defesa por provocação”. Eles podiam invocá-la e acabar condenados a penas quase simbólicas, ou mesmo simbólicas. Elas, não.

Os *media* britânicos, por exemplo a BBC Mundo, referiam ontem vários casos do passado de grande assimetria de tratamento. Em 1991, Joseph McGrail matou a mulher por ela o ter “provocado” e foi condenado a dois anos de prisão - pena suspensa. Já Kiranjit Ahluwalia, que matou o marido depois de sofrer dez anos

de humilhações e violência foi pelos mesmos motivos condenada a prisão perpétua.

A ser aprovada, a lei mudará um desequilíbrio que vem desde o século XVII. A “defesa por provocação” deixa de existir. Uma pessoa que mate a outra com quem vive em resultado de um sentimento de profunda ofensa, como o adultério, não poderá alegar que perdeu a cabeça e não viu mais nada à frente.

“Não pode haver qualquer desculpa para a violência doméstica, e muito menos para matar alguém. O que possa acontecer numa relação [entre duas pessoas] não justifica o recurso à violência”, disse a ministra britânica para a Mulher, Harriet Harman, citada pelos *media*. “Queremos pôr fim a uma cultura de desculpas que permite a um homem que tenha morto a sua mulher dizer que a culpa não foi sua, porque [ela] tinha uma relação [extramatrimonial] ou porque o tinha provocado”, acrescentou.

Mas a lei quer ir muito mais longe: quer que a mulher que mate o marido na sequência de anos de maus tratos possa ver a acusação de homicídio reduzida à sua expressão mais simples - o seu carácter casual ou não premeditado (“manslaughter” é o termo referido no diploma).

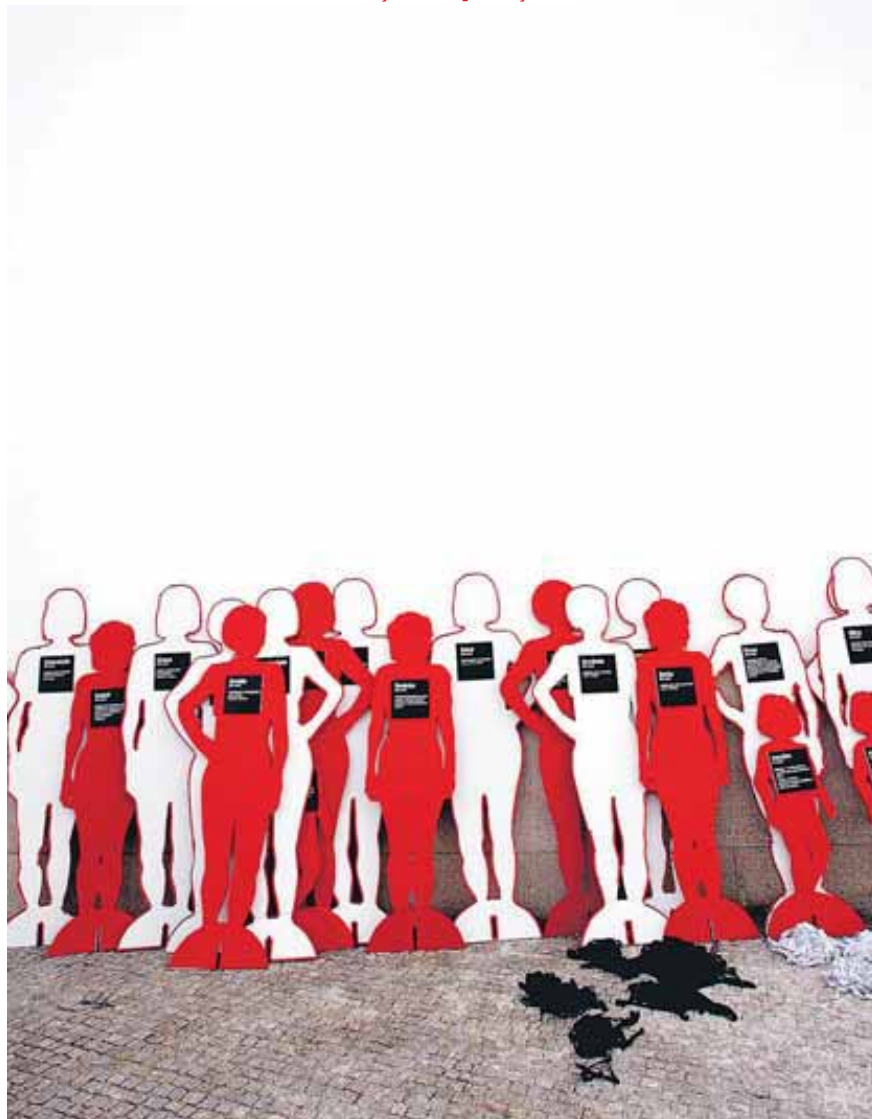
As vítimas deste tipo de violência seriam dispensadas de provar que actuaram de modo espontâneo por matarem o outro, o seu “torturador”, em casos definidos como de “palavras e comportamento” ou de “receio de violência grave”.

Esta era a parte criticada ontem por alguns analistas. No *Daily Mail*, edição electrónica, Erin Pizzey chamava a atenção para o excesso de zelo feminista da ministra e para o carácter “absurdo” de uma reforma que diz às mulheres vítimas de relações violentas que não têm outra saída senão matar os companheiros.

“Isto podia ser verdade há um século, quando não havia refúgios nem tribunais, nem polícias especializadas nos casos sérios de violência doméstica. Mas não é o caso hoje, designadamente devido aos esforços de activistas como eu que trabalharam para mudar as coisas.”

A violência doméstica retratada numa instalação de Filipa Gonçalves

MANUEL ROBERTO



Grau de culpa “varia de caso para caso”

“Portugal já cobre este tipo de situações”, diz jurista da associação de apoio à vítima

● Frederico Marques, jurista da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), disse ontem ao PÚBLICO que a proposta de reforma da legislação na Grã-Bretanha “está correcta”, embora se deva considerar sempre que “o grau de culpabilidade varia de caso para caso”.

Em reacções à notícia de que a Grã-Bretanha pretende considerar a violência doméstica prolongada como factor atenuante na altura de condenar mulheres que mataram os maridos, o jurista acrescentou que “é complicado comparar os casos nos dois países”, já que os seus sistemas jurídicos são distintos. Mas “em Portugal [já] há espaço para distinguir os

casos”, bem como “uma margem de manobra considerável para condenar os autores dos crimes em diferentes situações”.

Face à possibilidade de se jogar com a lei para “desculpabilizar” mulheres que afinal não foram violentadas, que poderá surgir na Grã-Bretanha, caso a legislação seja modificada, Frederico Marques reagiu, dizendo que o

que lhe parece importante é que “há margem de manobra suficiente [em Portugal] para levar todas as provas em conta e avaliar cada caso como um caso”, já que “o próprio peso das decisões judiciais é mais elevado [em Portugal]”.

No final de 2007, a legislação portuguesa foi mudada, para distinguir os casos de violência doméstica da generalidade dos casos de maus tratos. Isto veio permitir que se incluam namoros e relações em que “ainda não existe coabitação” nos casos de violência doméstica. Frederico Marques sublinha que este foi um passo “positivo”, que permite que haja intervenção desde mais cedo.

Os casos abrangidos



A defesa que o projecto de lei de Harriet Harman permite à mulher abrange dois casos: o assassinio em resposta a um receio de violência grave e o assassinio em resposta a palavras e comportamento que façam crer ao réu que foi seriamente enganado. O conceito de “palavras ou comportamento” seria por exemplo quando a vítima de violação mata o atacante depois de ter sido ridicularizado pelo que aconteceu.

14,5 mil casos de violência doméstica foram registados pela APAV no ano passado. 90% das vítimas eram mulheres.

APAV mais procurada

A Associação de Apoio à Vítima (APAV) considera que este ano se verifica uma “tendência de aumento sustentado de vítimas” que procuram os serviços daquela entidade, apesar de ainda não existirem números exactos. O secretário-geral daquela entidade, João Lázaro, afirmou que “esta tendência não inclui só as vítimas de violência doméstica, mas as vítimas em geral”.



Número de vítimas está a aumentar em Portugal

A Associação de Apoio à Vítima considera que este ano verifica-se uma “tendência de aumento sustentado de vítimas” que procuram os serviços daquela entidade para solicitarem apoio, apesar de ainda não existirem números exactos. Um total de 7041 vítimas recorreu aos serviços da APAV no ano passado, dos quais 6130 mulheres e 858 homens.



31-07-2008

Tiragem: 21500

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 16

Cores: Preto e Branco

Área: 10,17 x 5,48 cm²

Corte: 1 de 1



APAV alerta para aumento de vítimas

A Associação de Apoio à Vítima considerou ontem que este ano verifica-se uma “tendência de aumento sustentado de vítimas” que procuram os serviços daquela entidade, apesar de ainda não existirem números exactos. “Existe uma continuidade do trabalho da APAV, o que também significa uma continuação da procura dos nossos serviços de apoio pela população vítima”, adiantou à Lusa o secretário-geral daquela entidade, João Lázaro. Apesar de “ainda não existirem dados concretos” sobre o número de vítimas que este ano se dirigiram à APAV para receber apoio, o responsável sublinhou que “comparativamente ao mesmo período do ano passado os casos têm vindo a aumentar”.